

Reféns da actualidade

Manuel Maria Carrilho, DN 18.Fev.2010

Vivemos em sociedades atordoadas pelo carrossel dos acontecimentos, presas ao instante e à sua caótica fugacidade, incapazes de se ler no seu passado e de se projectar no futuro.

Há várias razões para isto. Uma, evidente, tem a ver com as dificuldades de adaptação do modelo representativo à sociedade mediática, nomeadamente devido à constante pressão do instantâneo, do vivido e do directo, sobre as áreas da ponderação, da deliberação e da decisão.

Uma outra, facilmente reconhecível, decorre da impressão cada vez mais forte da incapacidade do poder - manietado pela globalização e pela progressiva transferência de poder que ela implica do nível nacional para o plano mundial - para resolver as dificuldades que os cidadãos enfrentam.

Mas há uma terceira razão, que resulta de um aspecto da vida democrática menos considerado. Esse aspecto consiste em que, com a democracia moderna, nasce não só a definição da representação pelo voto, que delega o poder de todos em alguns, os eleitos. Nasce também um outro processo que, como a seu tempo bem mostrou Benjamin Constant, foi sobretudo o modo que o indivíduo moderno inventou para que, enquanto ele se dedica à sua vida privada, aos seus negócios e prazeres, alguém se ocupe da gestão dos assuntos e bens públicos.

Com o correr do tempo, e nomeadamente com a combinação dos efeitos da globalização com o crescente papel dos media nas sociedades contemporâneas, o exercício da governação tem enfrentado cada vez maiores dificuldades. Multiplicam-se as formas e as manifestações da desconfiança e de contrapoder dos cidadãos face ao poder e, ao lado do povo-eleitor, aparecem - como mostrou P. Rosanvallon em *La légitimité démocratique* -, essas novas e decisivas figuras da política contemporânea que são o povo-vigilante, o povo- -veto e o povo-juiz.

Isto acontece ao mesmo tempo que se aprofunda um outro fenómeno, também pouco reconhecido: trata-se da erosão da identificação automática, "cega", da maioria com a vontade geral, que leva ao fim da ficção democrática que permitia

assimilar, como se da mesma coisa se tratasse, a maioria dos votos e a totalidade da nação.

Este "dogma" tem vindo a desvanecer-se cada vez mais: nem a parte vale pelo todo nem o programa eleitoral vale para a duração do mandato. A democracia abriu-se cada vez mais à contingência dos mais diversos acontecimentos, o voto serve para designar governantes, mas já não basta para legitimar a sua acção. Este é um dos fenómenos centrais da metamorfose por que passam as democracias contemporâneas. Ignorá-lo é perigoso. Pode mesmo ser, em certas circunstâncias, suicidário.

Multiplicando-se os modos de representar a sociedade, isso vai tornar necessário articular a legitimidade política, de origem eleitoral, com as outras legitimidades emergentes, nomeadamente com a da imparcialidade das autoridades independentes, com a da reflexividade dos tribunais constitucionais e com a da proximidade, que é onde hoje - nomeadamente através da intensificação do papel dos media e da multiplicação das sondagens - mais se faz e desfaz a relação de confiança dos cidadãos com o poder.

Um efeito global que decorre da convergência de todos estes factores é o estrangulamento da dimensão temporal na vida democrática. A democracia, que nasceu num contexto em que os seus objectivos eram definidos em termos de um progresso que ligava o imediato com o médio e o longo prazo, vê-se hoje incapaz de lidar com o tempo fora da dimensão da actualidade.

O curto prazo tornou-se completamente dominante, com gravíssimas consequências para a vida colectiva, sobretudo porque no seu âmbito não há soluções para nada: ela apenas comporta anúncios para iludir, reacções para desviar ou paliativos para adiar, como se a sociedade estivesse refém de uma actualidade cujo sentido lhe escapa. O "curto-termismo" tornou-se numa das maiores ameaças que hoje as democracias enfrentam. O que torna a questão do futuro num tema decisivo: mas como introduzir de novo esta dimensão na vida democrática?

Pierre Rosanvallon propõe várias ideias que vale a pena considerar. Com o objectivo de pluralizar as modalidades de expressão dos cidadãos que traduzam essa preocupação, ele propõe quatro ideias: a introdução de princípios ecológicos na ordem constitucional; a alteração, no sentido do seu alargamento, da definição patrimonial do Estado; a criação de uma "academia do futuro" capaz de representar os interesses colectivos no médio e no longo prazo; e a instituição de fóruns

públicos que motivem uma efectiva participação dos cidadãos. É com elas que, como escreveu num interessante texto recentemente publicado no Le Monde, se pode começar a sair da miopia democrática.